

NOVO

10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,12,13,14,15**

Actualização das pensões em 2024 depende da guerra

Após reacções negativas ao pacote Famílias Primeiro, Governo diz que “não há nenhum corte” nas pensões, mas evolução no futuro depende da Ucrânia e da inflação. Oposição fala de “ilusão” e “fraude” e há incómodo em alguns sectores do PS **PP. 12-15**

NOVO	Periodicidade: Semanal
10-09-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,12,13,14,15

Nação Sábado
10 de Setembro de 2022

AUMENTOS, FRAUDE OU CORTES?

Governo garante que “não há nenhum corte” nas pensões e faz depender a actualização, em 2024, das consequências da guerra e da inflação. Oposição acusa Costa de iludir os reformados e fala em “fraude”. A polémica está a causar incómodo em alguns sectores do PS. Silva Peneda, ex-ministro da Segurança Social, diz que o Executivo tentou “enganar as pessoas”, mas admite que contrariar a inflação implica medidas de austeridade

→

TEXTO
Luís Claro

NOVO

10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,12,13,14,15**



NOVO

10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,12,13,14,15**

Depois de várias polémicas e da demissão de Marta Temido, o Governo apostava no pacote anti-inflação para recuperar a popularidade, mas aquilo que era um conjunto de apoios para as famílias acabou por se transformar numa discussão sobre o futuro da Segurança Social.

O anúncio foi feito, no início da semana, pelo primeiro-ministro. Os pensionistas vão receber já no próximo mês um "suplemento extraordinário, equivalente a meio mês de pensão" - uma espécie de adiantamento. Mas, em compensação, o Governo decidiu não aumentar as pensões em linha com a inflação em 2023, como está previsto na lei. A actualização, anunciada por António Costa, será de 4,43% para as pensões até 886 euros, de 4,07% para as pensões entre 886 e 2659 euros, e de 3,53% para as restantes pensões. Contas feitas, os reformados poderão ser prejudicados a partir de 2024, já que os aumentos, a partir dessa data, incidirão sobre uma base menor.

Apesar de o Governo ter apresentado oito medidas para as famílias, na segunda-feira à noite, a discussão durante toda a semana foi sobre o futuro dos pensionistas, com vários ministros a desdobrarem-se em explicações para tentar provar que é falsa a acusação da oposição de que está em causa um corte nas pensões.

O Governo acabou, porém, por admitir que as regras de cálculo das pensões poderão mudar em 2024. "Nós vivemos durante muitos anos num contexto de inflação baixa e também de crescimento baixo, e a fórmula estava desenhada para esses momentos", admitiu, esta sexta-feira, o ministro das Finanças, Fernando Medina.

Ao NOVO, fonte oficial do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social afirmou que "o aumento das pensões, somado ao pagamento do suplemento extraordinário, a pagar em Outubro deste ano, garante que todos os pensionistas recebem, até final de 2023, um rendimento igual ao que resulta da aplicação da fórmula, pelo que não há nenhum corte. Com estas medidas, o Governo assegura o pagamento das pensões actuais, apoia de imediato na recuperação do poder de compra e não compromete a sustenta-



ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

bilidade da Segurança Social".

Em relação a 2024, o valor do aumento "será avaliado no decorrer do próximo ano, tendo em conta a evolução da situação, nomeadamente da inflação e das consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia", acrescenta.

A forma como serão pagas as pensões a partir de agora ficou por esclarecer, apesar das várias intervenções feitas por governantes durante a semana. O Presidente da República, que começou por elogiar o pacote de medidas por ser "equilibrado", acabou por admitir que "esse é que é o problema". Marcelo Rebelo de Sousa comentou a polémica durante a viagem ao Brasil e avisou que "o que preocupa as pessoas é saber depois qual é a

base de cálculo".

Um "truque" do Governo

A oposição, da direita à esquerda, classificou a medida anunciada para os pensionistas como uma "fraude" e um "truque". Luís Montenegro, em entrevista à Rádio Renascença, afirmou que o Governo está a fazer "um corte de mil milhões de euros no sistema de pensões em Portugal".

Do lado do PS, Eurico Brilhante Dias garantiu que estamos a falar de um aumento de pensões. "O que é uma ilusão é dizer aos portugueses que há cortes."

Apesar das garantias dadas por vários governantes, o impacto desta decisão deixou alguns socialistas preocupados e há mesmo quem

reconheça que, a prazo, os pensionistas vão receber menos a partir de 2024. Ana Gomes foi, porém, a única a criticar abertamente a forma como o Governo lançou estas medidas. Nas redes sociais, a ex-eurodeputada do PS admitiu que os pensionistas serão "os mais prejudicados" e criticou o "equilíbrio ilusionista" do primeiro-ministro.

Desafiado a comentar esta polémica, Silva Peneda, ex-ministro da Segurança Social e antigo presidente do Conselho Económico e Social (CES), diz que "foi um erro político tentar enganar as pessoas", mas admite a necessidade de alterar a lei perante as circunstâncias. "Compreendo que a lei pode não estar ajustada ao que vamos viver,

mas deviam ter dito isso directamente. Escusavam de estar a inventar uma coisa para esconder a realidade. A realidade é que estamos a entrar num período de austeridade. Por mais que custe ao Governo e ao PS, ela está aí. Contrariar a inflação implica medidas que têm carácter e natureza recessiva", diz ao NOVO o antigo ministro do PSD.

Silva Peneda admite mesmo que "o modelo de financiamento da Segurança Social está esgotado" e que é necessário começar a estudar outras soluções.

Plano só agrada ao PS

O PS ficou sozinho a defender o pacote de medidas para enfrentar a inflação. O PSD acusou o Governo de "agir tarde" e depois

NOVO

10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Pagina(s): **1,12,13,14,15**

“

“Aquilo que gostaria de dizer em primeiro lugar, para tranquilizar todos, é que, em 2024, ninguém vai perder dinheiro na sua pensão. A pensão paga em Janeiro de 2024 não vai ser inferior à pensão paga em 2023”

António Costa
Primeiro-ministro

“O Governo está a dar em 2022 o que está a retirar em 2023, está a fugir à responsabilidade que compete ao Governo de ajudar os pensionistas com um adicional de rendimento, está a dar zero”

Luis Montenegro
Presidente do PSD

“O pacote de medidas vem tarde, é curto e está mesmo cheio de truques”

Mariana Mortágua
Deputada do BE

“Em relação aos pensionistas, estamos perante uma autêntica fraude”

Bruno Dias
Deputado do PCP

“Estas medidas não vão ao encontro do que os portugueses estavam à espera”

Inês de Sousa Real
Deputada do PAN

“Não há nada de corajoso”

Rui Tavares
Deputado do Livre

de “outros países” europeus.

O Chega também criticou “um plano vazio e tardio”. E a Iniciativa Liberal acusou o Executivo de falhar “quando os portugueses mais precisam”.

A esquerda, os antigos parceiros da gerinçosa criticaram o Governo por não criar um “imposto extraordinário” para as empresas que estão a lucrar com a crise – uma medida que tem apoios dentro do PS, mas que o primeiro-ministro decidiu não incluir neste pacote. Mariana Mortágua, deputada bloquista, classificou o plano para enfrentar a inflação como “uma grande desilusão” e lamentou não existirem “respostas mais robustas”.

É o PCP considerou que as medidas anunciadas para os pensionistas são “uma autêntica fraude”. O deputado comunista Bruno Dias defendeu ainda que “era urgente valorizar o poder de compra, impedir a especulação e taxar os lucros extraordinários”, mas “nada disto foi o que o Governo anunciou”.

Rui Tavares, do Livre, lamentou a ausência de medidas para incentivar a utilização dos transportes públicos e a eficiência energética. “Não há nada de corajoso”, disse.

O PAN também criticou a ausência de medidas para os transportes públicos e considerou que estes apoios “não resolvem as reais necessidades” dos portugueses. “A classe média não pode continuar a ser estrangulada com a inflação. Estas medidas não vão ao encontro do que os portugueses estavam à espera”, disse Inês de Sousa Real, líder e deputada do partido.

A UGT, liderada pelo socialista Mário Mourão, alinhou nas críticas às medidas aprovadas para os pensionistas. “A UGT não pode deixar de apresentar a sua mais profunda e veemente rejeição”, diz, em comunicado. E lembra que “o primeiro-ministro ignora a garantia dada por si próprio de cumprir a lei e aplicar a fórmula de actualização das pensões”.

Costa garantiu em Junho, no programa “O Princípio da Incerteza”, na CNN, que iria avançar com “um aumento histórico das pensões de reforma com a aplicação da fórmula que existe”. Questionado pelo moderador sobre se não há nenhuma dúvida de que isso vai acontecer, António Costa assegurou, nessa altura, que “não há a mínima dúvida de que nós iremos cumprir a fórmula”, porque “as leis existem para ser cumpridas”.

António Costa e vários ministros obrigados a dar explicações sobre medida destinada aos pensionistas